

Nova MP destina R\$ 400 milhões a empresas do Rio de Janeiro

A presidente Dilma Rousseff editou na sexta-feira nova medida provisória para ajudar municípios da Região Serrana do Rio de Janeiro atingidos por fortes chuvas neste mês. A MP 523/11 destina R\$ 400 milhões, para operações de financiamento e investimento, a empresas e microempresas localizadas em municípios fluminenses atingidos por desastres naturais e que tiverem decretado estado de emergência ou calamidade pública.

Os empréstimos, sob a modalidade de equalização de taxas de juros, serão contratados via Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Por meio da equalização, o governo cobre a diferença entre a taxa de juros praticada no mercado financeiro e a efetivamente paga pelos empresários.

Os financiamentos poderão ser feitos até 31 de dezembro de 2011, mas o prazo poderá ser prorrogado. As condições necessárias à contratação do empréstimo serão estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. A regulamentação das demais condições e a forma de pagamento ficarão a cargo do Ministério da Fazenda.

No último dia 13, a MP 522/11 abriu crédito de R\$ 780 milhões para os ministérios dos Transportes e da Integração Nacional aplicarem nas áreas mais atingidas por desabamentos e enchentes. Somadas, as duas MPs destinam mais de R\$ 1 bilhão à região atingida.

Orçamento de 2011 já está com a presidente

Dilma Rousseff tem até 10 de fevereiro para sancionar a lei orçamentária. Executivo já anunciou que serão feitos vetos parciais

O CONGRESSO NACIONAL enviou à Presidência da República, no final da tarde de quinta-feira, o Orçamento da União para 2011. O prazo para que a presidente Dilma Rousseff sancione a lei orçamentária é de 15 dias úteis e, por isso, ela tem de fazê-lo até 10 de fevereiro. Conforme o governo anunciou anteriormente, deverão ser realizados cortes no Orçamento, a serem implementados sob a forma de vetos parciais.

O projeto de lei orçamentária para este ano (PLN 59/10) foi aprovado pelos parlamentares no dia 22 de dezembro. Enquanto a lei não for sancionada, o Executivo só pode gastar, a cada mês, os duodécimos (1/12) do valor do Orçamento do ano anterior. Mesmo assim, os gastos só podem ser feitos para custeio.

Os cortes a serem determinados pela presidente Dilma Rousseff vêm sendo discutidos com os ministros. Além disso, posteriormente o Poder Executivo poderá realizar o contingenciamento (retenção) de verbas do Orçamento de 2011 no âmbito do ajuste fiscal.

Como ficou o Orçamento para 2011

- Gastos adicionais com salário mínimo de R\$ 540*
R\$ 853 milhões
- Educação
R\$ 72,8 bilhões
- Saúde pública
R\$ 68,56 bilhões
- Segurança pública
R\$ 73,4 bilhões
- Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
R\$ 43,5 bilhões
- Investimentos
R\$ 63,5 bilhões
- Investimentos de 110 estatais
R\$ 107,4 bilhões
- Copa do Mundo de 2014
R\$ 360 milhões
- Emendas parlamentares
R\$ 12,1 bilhões
- Refinanciamento da dívida pública
R\$ 678 bilhões

• **Valor total**
R\$ 2,073 trilhões
(inclui rubricas não listadas acima)

* Valor com base na Medida Provisória 516/10, que reajustou o mínimo para R\$ 540. O valor, no entanto, deve ser de pelo menos R\$ 545, conforme já anunciou o governo.



Senadora defende plano nacional de prevenção a desastres ambientais

Marina diz que é preciso gastar mais em prevenção e menos em socorro

O Brasil precisa de um plano nacional de prevenção e enfrentamento de desastres ambientais a ser coordenado pela Casa Civil da Presidência da República, defendeu Marina Silva (PV-AC). Autora do requerimento que resultou na convocação da Comissão Representativa do Congresso Nacional, a senadora se emocionou ao falar das vítimas nas enchentes que arrasaram municípios do Sudeste.

– Ele [o plano de prevenção] tem de ser montado com medidas estruturantes que passam pelo ordenamento territorial e fundiário das áreas urbanas. Além de uma rede de alerta emergencial, essas medidas estruturantes incluiriam a retirada das pessoas das áreas de risco, a criação de piscinões, encostas e galerias, e isso custará bilhões.

Segundo Marina, os gastos com socorro e assistência já atingiram R\$ 2,3 bilhões. Em prevenção, no entanto, foram gastos R\$ 167 milhões.

– Nós temos de inverter, gastar mais em prevenção e menos quando o leite já estiver derramado – observou.

Alerta

A senadora pediu profundidade e compromisso no debate sobre a tragédia que se abateu sobre a Região Serrana do Rio e avaliou que o sistema nacional de alerta proposto na reunião da Comissão Representativa é “uma grande iniciativa”.

É necessário, na opinião de Marina, combinar políticas emergenciais – como sistema de alerta, sala de situação e rápida disseminação de informações – com políticas estruturais que lidam com esses novos fenômenos extremos da natureza, previstos pela comunidade científica desde 1990. A senadora citou, entre esses fenômenos, o aquecimento das águas do Atlântico Norte, o furacão que atingiu Santa Catarina e as secas na Amazônia, em 2004, e na região Sul, em 2008.

Marina também comparou os efeitos de terremotos ocorridos em 2010. Com um sistema eficaz, os abalos mais intensos ocorridos no Chile não geraram tantas vítimas como o terremoto que atingiu o Haiti.



Luciana Veiga, funcionária de supermercado em Teresópolis, mostra os estragos causados pela chuva e fala do medo de ficar desempregada

Volter Campanato/ABR

Redes sociais da internet permitem acompanhar trabalho dos senadores 3

Senado iniciará legislatura com quase 3 mil propostas para deliberar 3

Tramitam no Senado 48 projetos sobre formas para prevenir mortes e prejuízos causados por eventos extremos da natureza e várias propostas que tratam de meio ambiente e habitabilidade. Na Câmara também são mais de 40

Medidas de prevenção de desastres naturais podem ter urgência na Casa

PROJETOS DE PREVENÇÃO a desastres em áreas de risco poderão ganhar prioridade no Senado, a pedido da Comissão Representativa do Congresso Nacional. Em reunião na quinta-feira, os parlamentares que atuam durante o recesso legislativo avaliaram a tragédia gerada pelas fortes chuvas na região Sudeste e debateram formas de prevenir novas catástrofes.

Segundo informou o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) na reunião, há 48 projetos de lei em tramitação na Casa tratando de formas para prevenir mortes e prejuízos causados por eventos extremos da natureza. Várias propostas tratam de outros aspectos relacionados ao meio ambiente e à habitabilidade. Na Câmara, também tramitam mais de 40 matérias.

Entre as propostas em tramitação no Senado, algumas foram apresentadas após as enchentes que afetaram o país em 2008 e 2009. Uma delas (PLS 16/09), do então senador e hoje governador de Santa Catarina Raimundo Colombo (DEM-SC), foi apresentada depois das cheias que abalaram o estado e instituiu programa para a revitalização de áreas atingidas por cheias. Outra proposição (PLS 41/09), de autoria da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), permite deduzir do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro

Outras propostas

A lista completa das proposições sobre desastres naturais e mudanças climáticas em tramitação no Senado pode ser consultada pela internet em <http://migre.me/3IMDA>

- **PLS 32/08**, da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, introduz critérios relacionados com as mudanças climáticas no processo de licenciamento ambiental. Está na Comissão de Meio Ambiente (CMA).
- **PLS 572/09**, de Romeu Tuma, já falecido, estabelece prioridade nas políticas públicas habitacionais da União a quem perdeu o seu imóvel em enchentes e alagamentos. Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).
- **PLS 85/09**, do então senador Raimundo Colombo, estabelece direitos para os municípios que tenham estado de calamidade pública decretada. Na CAE.
- **PLS 490/09**, também de Colombo, institui o Centro de Prevenção de Desastres Climáticos. Na CMA.
- **PLS 29/09**, de Alvaro Dias (PSDB-PR), destina percentual da arrecadação de loterias para o Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap). Na CAE.
- **PLS 41/10**, de Marisa Serrano (PSDB-MS), prevê a possibilidade de suspensão do pagamento da prestação ou do aluguel caso os efeitos de calamidade pública afetem comprovadamente a capacidade de pagamento. Na CCJ.
- **PLS 581/09**, de Pedro Simon (PMDB-RS), trata da prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação final ambientalmente adequada, por fabricantes, reformadores e importadores. Na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Líquido (CSLL) doações ao Fundo Especial para Calamidades Públicas (Funcap) e a órgãos de defesa civil. Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 20/09, de César Borges (PR-BA), cria o Fundo Nacional de Defesa Civil.

Projeto (PLS 94/08) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) determina que os governos elaborem e publiquem documentos sobre a adoção de medidas para preservação e recuperação do meio ambiente. Já Inácio Arruda (PCdoB-CE) sugere, por meio do PLS 193/09, a criação de pro-

grama para a revitalização das áreas atingidas por enchentes de 2006 a 2009.

O PLS 65/10, mais amplo, de iniciativa do então senador Renato Casagrande (PSB-ES), trata desde o parcelamento urbano até a prevenção de catástrofes naturais (veja abaixo).

Os projetos sob análise dos senadores abordam vários aspectos da defesa do meio ambiente e prevenção de catástrofes e até mesmo a realização de sorteios exclusivos da Mega-Sena para angariar recursos para vítimas

de enchentes (PLS 189/10 e PLS203/10). A senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) quer criar um seguro para atividades "potencialmente danosas ao meio ambiente" (PLS 82/07).

Poucos meses antes de morrer, no ano passado, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) apresentou proposta (PLS 4/10) que torna obrigatória a realização de estudos geológicos, geotécnicos e topográficos para qualquer construção em encostas de morros ou áreas sujeitas a inundação.

Projeto obriga planejamento de governos para evitar tragédias

Tramita na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) proposta (PLS 65/10) do então senador Renato Casagrande (PSB-ES) que altera a legislação para dificultar a ocupação de áreas onde há risco de desastre e prevê medidas de drenagem de águas pluviais urbanas e de manejo da vazão dos rios.

O objetivo é assegurar que medidas sejam tomadas para evitar calamidades como a que atinge a Região Serrana do Rio de Janeiro. O projeto aguarda a indicação de relator.

De acordo com a proposta, a lei que trata do parcelamento do solo urbano (Lei 6.766/79) deve ser modificada para que as áreas onde é vedada a ocu-



Proposta quer impedir a ocupação de áreas de risco sujeitas a desmoronamentos

ção sejam identificadas como "áreas de risco", como terrenos sujeitos a inundação ou desmoronamento.

O texto inclui também, nas diretrizes da política urbana estabelecidas no Estatuto da Cidade

(Lei 10.257/01), a contenção da ocupação e do adensamento de áreas de risco e a observância, pelas concessionárias de serviços públicos, do ordenamento territorial urbano.

O projeto de Casagrande mo-

difica a lei que trata do serviço público de energia elétrica (Lei 10.438/02) para proibir atendimento em áreas de risco. A implantação de redes de distribuição deve respeitar o plano diretor municipal e a legislação urbanística.

Para minimizar os danos de decorrência do aumento do volume dos rios, o projeto altera a lei que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97) para exigir o mapeamento das áreas sujeitas a alagamentos e inundações no conteúdo mínimo dos planos de recursos hídricos. Insere, ainda, a exigência de avaliação da necessidade de executar o manejo da vazão dos cursos de água.



Fundo proposto por Mozarildo Cavalcanti seria administrado pelo TSE

Eleições podem ter recursos contra corrupção

Para enfrentar práticas como a compra de votos, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) apresentou em dezembro passado projeto de lei propondo a criação do Fundo de Combate à Corrupção Eleitoral. Segundo o PLS 313/10, o fundo destina-se a financiar ações e programas com a finalidade de fiscalizar e reprimir a prática do crime de corrupção eleitoral e também divulgar a importância de eleições livres do abuso do poder político e econômico.

O fundo deverá ser constituído com recursos obtidos através da apreensão, pela União, de bens, direitos e valores objeto do crime de corrupção eleitoral. Os recursos serão gerenciados pelo Tribunal Superior Eleitoral, que definirá os critérios para sua aplicação.

"O fundo parte da premissa de que uma política mais efetiva demanda articulação entre as duas frentes de combate à corrupção: repressão e prevenção. Assim, os recursos apreendidos com a repressão à corrupção eleitoral retroalimentam o combate à corrupção eleitoral, em especial a prevenção, por meio da divulgação ao eleitorado da importância de eleições justas e imparciais", explica Mozarildo na justificativa da matéria.

O projeto de Mozarildo encontra-se na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aguardando a designação do relator. De lá, seguirá para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde será votado em decisão terminativa. Até o momento não foram apresentadas emendas ao PLS 313/10.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: *
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

*Cargo vago após renúncia de Marconi Perillo

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquéas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cintia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

O Twitter, que permite troca de mensagens por computador ou celular, é utilizado por 57 parlamentares da Casa, enquanto 33 têm perfis no Facebook

Rede social aproxima mais os senadores dos cidadãos

PELO MENOS 33 senadores têm perfis e páginas no Facebook, rede social com mais de 500 milhões de usuários em todo o mundo. Já no Twitter – serviço de troca de mensagens por computador ou celular que alcançou 200 milhões de usuários – estão 57 parlamentares. Os números referem-se aos 81 senadores que integrarão a nova legislatura, que se inicia em fevereiro, incluindo os 54 novos integrantes da Casa, que tomarão posse no dia 1º.

Os senadores usam as redes sociais como um termômetro imediato da opinião pública e também como forma de se aproximar dos cidadãos.

Alvaro Dias (PSDB-PR) acredita que a principal utilidade das redes para os parlamentares é a possibilidade de medir os interesses da sociedade e “sentir” a reação das pessoas a suas atitudes.

O senador considera as redes sociais “uma ferramenta indispensável para a prestação de contas e para comunicação com a população”.

Para Demóstenes Torres (DEM-GO), essas são “ferramentas fantásticas” que, bem utilizadas,

podem servir para colher sugestões junto à população.

Segundo ele, é fundamental garantir que todos os cidadãos tenham acesso às mídias digitais.

Os parlamentares consideram sua presença na rede mundial uma forma de estar mais próximos dos cidadãos. É o caso de Cristovam Buarque (PDT-DF), reeleito para mais um mandato de oito anos representando o Distrito Federal.

– Esses meios de comunicação diferem dos outros pelo fato de que, ao mesmo tempo em que estamos enviando e recebendo mensagens, nós criamos uma nova maneira de interação com os cidadãos, o que, para os políticos, é muito bom – assinala.

Internet rápida

Cada vez mais brasileiros estão na internet: hoje, 81,3 milhões de pessoas com mais de 12 anos têm acesso à rede, de acordo com a agência de publicidade F/Nazca. O Brasil é o quinto país com o maior número de conexões à internet, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) e conta com 60 milhões de computadores, de acordo com a Fundação Getúlio

Vargas, devendo chegar a 100 milhões em 2012.

O governo pretende ampliar o acesso do brasileiro à internet de banda larga e lançou no ano passado o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), cujo objetivo é universalizar até 2014 a internet rápida no país. A equipe de Dilma Rousseff estuda a redução de alguns impostos que incidem sobre o serviço.

Punição

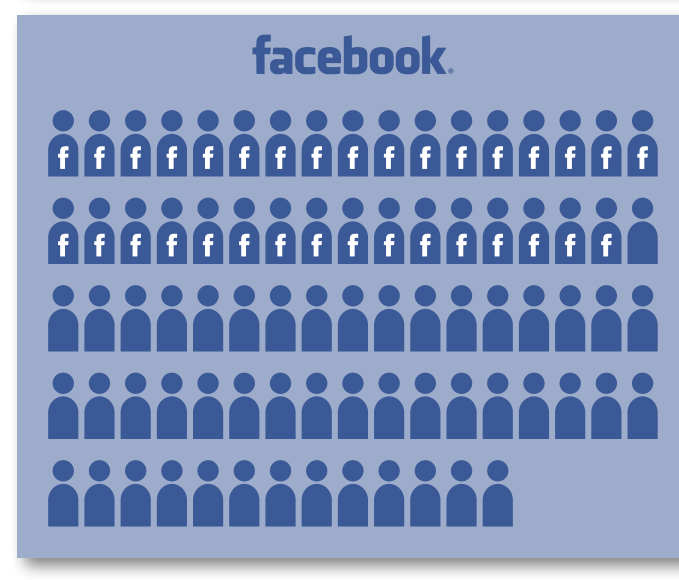
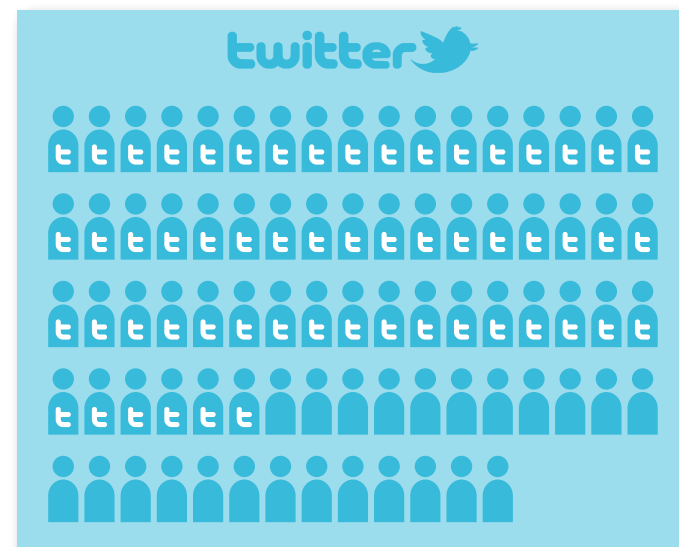
Os pontos positivos sobre o uso dessas ferramentas não são unanimidade entre os parlamentares. Magno Malta (PR-ES) pretende apresentar, na reabertura dos trabalhos legislativos, um projeto que criminalize a criação de perfis falsos ou que prejudiquem a imagem de terceiros.

Vítima de perfis falsos durante a última campanha política, Magno Malta acredita que as pessoas que fazem mau uso da ferramenta devem ser punidas.

O **Jornal do Senado** e a Agência Senado estão nas redes sociais. Acompanhe as notícias no Twitter (twitter.com/jornaldosenado e twitter.com/agencia_senado) e no Facebook (facebook.com/agenciasenado).

Redes Sociais

Veja a lista dos senadores que estão no Twitter e no Facebook em <http://migre.me/3LzX>



Nova legislatura começa com 2.856 propostas em tramitação no Senado

O Senado iniciará a 54ª legislatura, em 2 de fevereiro, com 2.856 propostas em tramitação na Casa. Entre estas, 1.269 são proposições originadas pelos senadores (PLS); 482 proposições formuladas por deputados e em exame no Senado (PLCs); 308 requerimentos (RQS); 262 projetos de decreto legislativo (PDS); 199 propostas de emenda à Constituição (PECs); e 132 projetos de resolução (PRS), que tratam de assuntos internos.

Também estão incluídos cinco substitutivos da Câmara a projeto de lei do Senado; quatro emendas da Câmara a projetos do Senado; e quatro indicações de autoridades para diversos cargos da administração pública.

Estão prontas para apreciação 15 mensagens da Presidência da República (MSF) e uma medida provisória.

Defesa civil

Entre as propostas que permanecem tramitando, está a que obriga a notificação de atividades que possam tornar necessárias ações preventivas ou assistenciais de socorro na área de defesa civil. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 52/08 deverá receber prioridade na tramitação, com a decisão de acelerar a apreciação de medidas que possam ajudar a evitar tragédias como a ocorrida na Região Serrana do Rio de Janeiro.

A intenção da proposta é manter os órgãos de defesa civil informados sobre eventuais riscos e prontos a agir, redu-



Novas regras para instauração de processo criminal contra governadores e projetos nas áreas de defesa civil e repatriação de bens estão na pauta do Plenário em 2011

zindo a ocorrência de perdas ambientais, econômicas e de vidas humanas.

A proposta determina que pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, informem previamente os órgãos de defesa civil sobre eventual risco de desastre decorrente de suas atividades. A notificação imediata também será exigida na hipótese de situações que possam causar danos pessoais, materiais ou ambientais.

Repatriação de bens

Outra proposta é o PLS 354/09, de Delcídio Amaral (PT-MS), que concede vantagens fiscais para facilitar a repatriação de bens

e rendas enviados ilegalmente para o exterior.

O projeto já recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), atualmente licenciado como ministro da Previdência Social. Ele apresentou 13 emendas ao texto, entre as quais a que diz respeito ao tipo de crime a ser perdoado, caso o titular do patrimônio aceite as regras do retorno. A sugestão do relator é que a anistia alcance apenas o delito de evasão de divisas, um dos antecedentes para a ocorrência do crime de lavagem de dinheiro, também perdoado pela proposta ori-

ginal.

O valor da alíquota a ser paga pelo declarante do imposto de renda sobre bens e valores será de 5%, em cota única, ou de 10%, se o recolhimento for feito em dez parcelas. A alíquota poderá ser reduzida pela metade nos dois casos se o contribuinte aplicar no mínimo 50% do valor dos bens e direitos em cotas de fundos de investimentos dirigidos a projetos de infraestrutura, habitação, agronegócio, inovação e pesquisa científica ou em bônus e títulos de dívida de empresas brasileiras no exterior.

O relatório de Garibaldi manteve a obrigatoriedade de os recursos destinados aos fundos

permanecerem aplicados por pelo menos dois anos, desde a data de aquisição das cotas dos fundos de investimentos.

Governadores

Poderá ser apreciada a PEC 6/10, de Demóstenes Torres (DEM-GO), que dispensa a autorização do Legislativo para instauração de processo criminal contra governadores dos estados e do Distrito Federal.

A proposta determina que, em caso de abertura de processo, o afastamento do cargo não deve ser automático. Para isso acontecer, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) terá que expedir uma decisão específica.